

www.algarve.portugal2020.pt



Região **C**ompetitiva, **R**esiliente, **E**mpreendedora e
Sustentável com base na valorização do **C**onhecimento



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento

Roteiro Regional CRESC ALGARVE 2020

Fundo Social Europeu (FSE)

- ▶ Eixos Prioritários
- ▶ Prioridades de Investimento
- ▶ Tipologias de Ações
 - ▶ EIXO 5 – Objetivo Temático 8
 - ▶ EIXO 6 – Objetivo Temático 9
 - ▶ EIXO 7 – Objetivo Temático 10
- ▶ Eficiência e Resultados
- ▶ Legislação aplicável
- ▶ Contactos



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento

Eixos Prioritários (FSE)

EIXO PRIORITÁRIO 5 – Investir no Emprego

- Objetivo Temático 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

EIXO PRIORITÁRIO 6 – Afirmar a Coesão Social e Territorial

- Objetivo Temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação

EIXO PRIORITÁRIO 7 – Reforçar as competências

- Objetivo Temático 10 – Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

Objetivo Temático 8:

- 8.1 Acesso ao emprego
- 8.4 Igualdade de género
- 8.5 Adaptação à mudança

Objetivo Temático 9:

- 9.1 Inclusão ativa
- 9.3 Igualdade de oportunidades
- 9.4 Acesso a serviços sustentáveis

Objetivo Temático 10:

- 10.1 Prevenção do abandono escolar precoce
- 10.3 Aprendizagem ao longo da vida

EIXO PRIORITÁRIO 5 – Objetivo Temático 8

Prioridade de Investimento 8.1 – Acesso ao Emprego

Objetivo específico 8.1.1 – Integrar, de forma sustentada, desempregados e inativos no mercado de trabalho

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Apoios à contratação para adultos (IEFP) Jun – Out 15	Desempregados, em particular DLD	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação
2. Estágios para adultos (IEFP) Jun – Out 15		Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional

Legislação: Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE):

1. Alínea c) do art. 18º; Cap. II, Sec. III; 2. alínea a) do art. 18º; Cap. II, Sec. II.

EIXO PRIORITÁRIO 5 – Objetivo Temático 8

Prioridade de Investimento 8.4 – Igualdade de género

Objetivo específico 8.4.1 – Melhorar as condições de conciliação da vida familiar e profissional, promovendo novas formas de integração no mercado de trabalho, bem como integrando a dimensão igualdade de género nas organizações

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Programa de incentivo à empregabilidade parcial de pais (ISS) Out 15	Pessoas em situação de desemprego e DLD	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação
2. Apoio técnico à elaboração, monitorização da execução e avaliação de planos para a igualdade Jul – Out 15	Trabalhadores e colaboradores das entidades beneficiárias	Entidades apoiadas com planos para a igualdade implementados com avaliação efetuada
3. Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres Set – Dez 15	Mulheres que pretendem criar o próprio emprego ou empresa	Mulheres apoiadas que criaram uma empresa e ou o próprio emprego, até 6 meses depois de terminada a formação e consultoria

Legislação: Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE):

1. Alínea d) do artigo 18º; Cap. II, Sec. IV; 2. alínea f) do artigo 18º; Cap. II, Sec. VI 3. n.º 4 do artigo 78º; Cap. III, Sec. III.

EIXO PRIORITÁRIO 5 – Objetivo Temático 8

Prioridade de Investimento 8.5 – Adaptação à mudança

Objetivo específico 8.5.2 – Melhorar a empregabilidade da população (desempregados, empregados, em particular empregados em risco de desemprego) através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho **(Cont.)**

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Formações Modulares Certificadas (nomeadamente para trabalhadores de micro e pequenas empresas) Set – Nov 15	Empregados e desempregados	<ul style="list-style-type: none">• Participantes desempregados, incluindo DLD, que obtiveram competências escolares e/ou profissionais certificadas
2. Cheque-formação (IEFP) Dez 15	<ul style="list-style-type: none">• Empregados, em particular os trabalhadores empregados em risco de perda de emprego• Desempregados	<ul style="list-style-type: none">• Participantes empregados que, pelo menos, mantêm o emprego, 6 meses depois de terminada a participação na formação

Legislação: Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE):

1. Alínea a) do n.º 1 do art. 82º; Cap. IV, Sec. II; 2. alínea f) do n.º 1 do art. 82º, Cap. IV, Sec. V.

EIXO PRIORITÁRIO 5 – Objetivo Temático 8

Prioridade de Investimento 8.5 – Adaptação à mudança

Objetivo específico 8.5.2 – Melhorar a empregabilidade da população (desempregados, empregados, em particular empregados em risco de desemprego) através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Vida ativa (IEFP)*** Jun – Set 15	Desempregados inscritos nos centros do IEFP, IP	Participantes desempregados que obtiveram competências escolares e/ou profissionais certificadas
2. Qualificação de trabalhadores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais (IEFP)*** Jul – Set 15	Empregados (com especial enfoque nos trabalhadores com menores qualificações e ou remunerações mais baixas)	Participantes empregados que, pelo menos, mantêm o emprego, 6 meses depois de terminada a participação na formação

Legislação: Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE):

1. Alínea c) do n.º 1 art. 82º; Cap. IV, Sec. IV; 2. alínea g) do n.º 1 do art. 82º; Cap. IV, Sec. VI.

EIXO PRIORITÁRIO 6 – Objetivo Temático 9

Prioridade de Investimento 9.1 – Inclusão ativa

Objetivo específico 9.1.1 – Fomentar abordagens locais inovadoras de desenvolvimento social e promover estratégias locais de inclusão ativa

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Contratos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS Set – Out 15	Desempregados, pessoas com deficiência e incapacidade, crianças, jovens e suas famílias, pessoas idosas e residentes nos territórios abrangidos pelos CLDS	Participantes nas ações de CLDS que se encontram abrangidos por medidas ativas de emprego ou formação profissional
2. Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social	Desempregados, grupos vulneráveis e pessoas inativas	Soluções inovadoras desenvolvidas no âmbito de projetos de inovação e experimentação social e de CLDS apoiados

Legislação: Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE):

1. Alínea a) do artigo 205º; Cap. VII, Sec. II; 2. alínea e) do artigo 205º.

EIXO PRIORITÁRIO 6 – Objetivo Temático 9

Prioridade de Investimento 9.1 – Inclusão ativa

Objetivo específico 9.1.2 – Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos vulneráveis e aumentar a ativação de desempregados **(Cont.)**

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Formação em competências básicas e outras formações modulares certificadas para grupos vulneráveis Out – Nov 15	DLD com baixas qualificações e pessoas inativas que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Participantes de grupos desfavorecidos que foram certificados no final da formação de percursos formativos
2. Capacitação para a inclusão	<ul style="list-style-type: none">• Grupos potencialmente vulneráveis• Adultos que não sejam detentores das competências básicas de leitura, escrita, cálculo e TIC	

Legislação: Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE):

1. Alínea b) do n.º 1 do art. 82º; Cap. IV, Sec. III; 2. alínea i) do n.º 1 do art. 82º; Cap. IV, Sec. VIII.

EIXO PRIORITÁRIO 6 – Objetivo Temático 9

Prioridade de Investimento 9.1 – Inclusão ativa

Objetivo específico 9.1.2 – Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos vulneráveis e aumentar a ativação de desempregados **(Cont.)**

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
Programa Escolhas (ACM) Set – Nov 15	Crianças e jovens entre os 6 e os 30 anos, provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, que se encontrem numa das seguintes situações: absentismo escolar, insucesso escolar, abandono escolar precoce, desocupação, em situação de desemprego, comportamentos desviantes, sujeitos a medidas tutelares educativas ou medidas de promoção e proteção	Participantes do Programa Escolhas que completaram com sucesso o ano escolar ou foram reintegrados na escola, formação ou emprego

Legislação: Alínea b) do artigo 205º; Cap. VII, Sec. III, da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE).

EIXO PRIORITÁRIO 6 – Objetivo Temático 9

Prioridade de Investimento 9.1 – Inclusão ativa

Objetivo específico 9.1.2 – Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos vulneráveis e aumentar a ativação de desempregados

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Apoio ao emprego social de transição – CEI (IEFP)	Desempregados subsidiados	Participantes empregados, 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário
2. Qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade Jul – Set 15	Pessoas com deficiência e incapacidade	Participantes com deficiência e incapacidade que foram certificados no final da formação

Legislação: Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE):

1. alínea e) do artigo 18.º; Cap. II, Sec. V; 2. alínea a) do artigo 147º; Cap. V, Sec. II.

EIXO PRIORITÁRIO 6 – Objetivo Temático 9

Prioridade de Investimento 9.3 – Igualdade de oportunidades

Objetivo específico 9.3.1 – Aumentar a capacidade de resposta das entidades públicas e privadas através da sensibilização e formação dos atores chave para a prevenção e combate à discriminação, à violência doméstica, de género e ao tráfico de seres humanos

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
Formação de públicos estratégicos Jul – Out 15	Magistrados, forças de segurança, inspetores de trabalho, profissionais de saúde e professores	Participantes em ações de formação de públicos estratégicos que concluíram a formação

Legislação: Alínea n) do n.º 1 do art. 82.º; Cap. IV, Sec. XIII, da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE).

EIXO PRIORITÁRIO 6 – Objetivo Temático 9

Prioridade de Investimento 9.4 – Acesso a serviços sustentáveis

Objetivo específico 9.4.1 – Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde **(Cont.)**

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Cuidados especializados - prematuros/ demência Jan – Mai 16	Grupos vulneráveis, técnicos e voluntários de projetos de intervenção social, funcionários da administração pública, em diversas áreas, entidades sem fins lucrativos	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis
2. Rede de cuidados de proximidade Nov – Dez 15		
3. Modelos de apoio à vida independente - MAVI Nov – Dez 15		
4. Idade + Dez 15		

Legislação: Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE):

1. Alínea e) do artigo 169.º; Cap. VI, Sec. VI; 2. alínea b) do art 169.º; Cap. VI, Sec. VI; 3. alínea a) do artigo 169.º; Cap. VI, Sec. II; 4. alínea d) do artigo 169.º; Cap. VI, Sec. V.

EIXO PRIORITÁRIO 6 – Objetivo Temático 9

Prioridade de Investimento 9.4 – Acesso a serviços sustentáveis

Objetivo específico 9.4.1 – Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde **(Cont.)**

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Suporte ao doente em casa/na comunidade através do uso de tecnologias Mar 16	Grupos vulneráveis, técnicos e voluntários de projetos de intervenção social, funcionários da administração pública, em diversas áreas, entidades sem fins lucrativos	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis
2. Rede Local de Intervenção Social – RLIS Out 15		
3. Qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância – SNIPI (ISS) Jan 16		
4. Qualificação do apoio institucional a crianças e jovens Nov 15		
5. Formação de técnicos especializados – CPCJ (ISS)		

Legislação: Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE):

1. Alínea c) do art. 169º; Cap. VI, Sec. IV; 2. alínea j) do artigo 169.º; Cap. VI, Sec. XI; 3. alínea f) do artigo 169º; Cap. VI, Sec. VII; 4. alínea h) do artigo 169º; Cap. VI, Sec. IX; 5. alínea p) do n.º 1 do artigo 82º; Cap. IV, Sec. XIV.

EIXO PRIORITÁRIO 6 – Objetivo Temático 9

Prioridade de Investimento 9.4 – Acesso a serviços sustentáveis

Objetivo específico 9.4.1 – Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Formação de profissionais do setor da saúde Jan – Fev 16	Grupos vulneráveis, técnicos e voluntários de projetos de intervenção social, funcionários da administração pública, em diversas áreas, entidades sem fins lucrativos	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis
2. Sensibilização e informação no âmbito das reformas nos serviços sociais e de saúde		

Legislação: Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março (Reg. Esp. Domínio ISE):

1. Alínea p) do artigo 82º; Cap. IV, Sec. XIV; 2. alínea q) do artigo 82.º; Cap. IV, Sec. XV.

EIXO PRIORITÁRIO 7 – Objetivo Temático 10

Prioridade de Investimento 10.1 – Prevenção do abandono escolar precoce

Objetivo específico 10.1.1 – Aumentar as intervenções que, de forma integrada e articulada, favoreçam as condições para a melhoria do sucesso educativo dos alunos. Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
Programa apoio às necessidades educativas especiais	Alunos do ensino pré-escolar, básico e secundário	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado

Legislação: N.º 4 do artigo 29º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pela Portaria n.º 181-A/2015 de 19 de junho, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 30º da referida Portaria (Reg. Esp. do Domínio do Capital Humano (CH)).

EIXO PRIORITÁRIO 7 – Objetivo Temático 10

Prioridade de Investimento 10.3 – Aprendizagem ao longo da vida

Objetivo específico 10.3.1 – Elevar o nível de qualificação da população adulta ativa, empregada ou desempregada

Tipologia de ações	Destinatários	Indicador resultado
1. Cursos de educação e formação de adultos - EFA	Pessoas adultas com necessidades formativas	Adultos certificados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional
2. Cursos de aprendizagem dual (IEFP)*** Out – Nov 15	Formandos maiores de idade ou, de forma excepcional os menores de idade, com o 9º ano de escolaridade ou superior, sem conclusão do ensino secundário	Diplomados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3

Legislação: Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março (Reg. Esp. do Domínio do CH):

1. N.º 4 do artigo 13º conjugado com a alínea e) do n.º 1 do artigo 14.º; 2. n.º 4 do artigo 13º conjugado com a alínea d) do n.º 1 do art. 14.º.

Contratualização de resultados:

- Resultados constam dos compromissos assumidos pelo beneficiário na aceitação da decisão de financiamento
- Financiamento proporcional à obtenção dos resultados contratados
- Penalização por incumprimento total ou parcial dos resultados
- Fator de ponderação no processo de seleção de candidaturas subsequentes

Elegibilidade

Só são financiadas operações que se proponham atingir no mínimo 50% de empregabilidade dos formandos nos seis meses seguintes ao final dos cursos de aprendizagem e cursos EFA.

Estas metas de resultado serão contratualizadas com os beneficiários. Se o nível de empregabilidade se situar abaixo de 50%, o curso não pode ser novamente apoiado em operação subsequente do mesmo beneficiário.

Empregabilidade

Reserva de eficiência *por cada ponto percentual (p.p.) de variação*

- Acima da meta => +1 p.p. do valor total elegível até ao limite de 10 % dos valores.

A reserva de eficiência pode ser utilizada para compensar eventual situação de insucesso de resultados em outras operações.

Penalização *por cada p.p. de variação*

- Abaixo da meta => -0,5 p.p. sobre a despesa elegível a pagar no saldo final (máx. 10%).

A penalização não é aplicável quando os resultados alcançados atinjam pelo menos 85 % dos resultados contratualizados (ou 75 % para operações que decorram em territórios de baixa densidade).

Legislação aplicável

- **Reg. Específico Domínio Inclusão Social e Emprego**
 - Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março
 - Portaria n.º 181-C/2015, de 19 de junho (alteração)
- **Reg. Específico Domínio Capital Humano**
 - Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março
 - Portaria n.º 181-A/2015, de 19 de junho (alteração)
 - Portaria n.º 190-A/2015, de 26 de junho (alteração)
- **Reg. Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu**
 - Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março
- **Manual de Identidade CRESC Algarve 2020**



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento

Secretariado Técnico

Telefone:

+351 289 895 200

E-mail:

algarve2020@ccdr-alg.pt

Morada:

Praça da Liberdade, 2
8000-164 Faro - Portugal

Visite-nos em

www.algarve.portugal2020.pt



Obrigado!



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento